

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016*

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

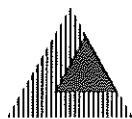
Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (negativo)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

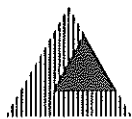
Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado

Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R

International

Aos
Acionistas e Diretores da
Concessionária Porto Novo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária Porto Novo S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (negativo) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Concessionária Porto Novo S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Macaré - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lopemachado.com.br

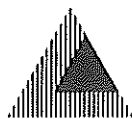
Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

26anos



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Controladora

A Companhia vem apresentando capital circulante líquido negativo e prejuízos operacionais consecutivos. Portanto, a continuidade da Companhia depende de aporte financeiro por parte dos acionistas e/ou ações futuras para que possa atingir um nível de rentabilidade satisfatório. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações e não incluem nenhum ajuste relacionado ao assunto acima. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Controlada

A controlada TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., até 2016 gerou prejuízos operacionais, e conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, estão descritos os planos da Administração para reverter essa situação. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações e não incluem nenhum ajuste relacionado ao assunto acima. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária Porto Novo S.A. e sua controlada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 13 de junho de 2017, contendo as mesmas incertezas mencionadas acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

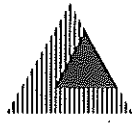
Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lobesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito deste assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatórios (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | cvarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lobesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maurcen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | evarella@ibs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lobesmachado.com.br

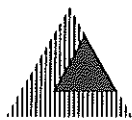
Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

26 anos



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências obtidas de auditoria, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, caso houvessem.

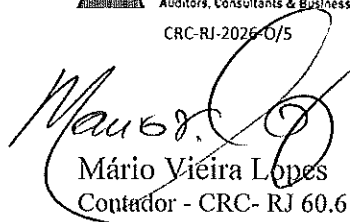
Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018.

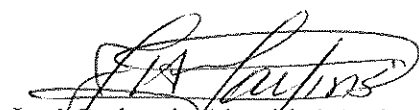


Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
B K R
International

CRC-RJ-2026-0/5


Mário Vieira Lopes
Contador - CRC- RJ 60.611/O


José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ-036.737-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | cvarella@lbs.edu.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br

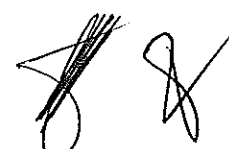
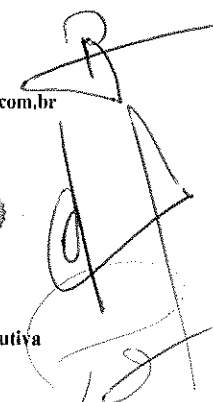
Macaé - RJ | Tel.: 55 22 2772-6896 - Telefax: 55 22 2272-7455 | macae@bkr-lopesmachado.com.br

Vitória - ES | Tel.: 55 27 3100-9900 | es@bkr-lopesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



26 anos

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante:						Circulante:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.535	76.321	85.548	76.603	Fornecedores	11	166.616	171.213	166.670	171.323
Contas a receber	6	80.689	83.130	80.760	83.218	Emprestimos e financiamentos	12	66.272	590.318	66.272	590.318
Adiantamentos a fornecedores	7	448	50	448	50	Salários e encargos		2.253	3.011	2.434	3.193
Adiantamentos contratuais	7 e 21	6.093	6.093	6.093	6.093	Impostos a recolher	13.1	2.154	2.929	2.276	3.023
Impostos a recuperar	8	5.713	16.849	5.787	17.018	PIS, COFINS e ISS diferidos	13.2	6.897	11.230	6.897	11.230
Despesas antecipadas		697	771	697	793	Reserva diferida		-	-	736	864
Outros ativos		285	270	324	285			244.192	778.701	245.285	779.953
		177.460	183.484	179.657	184.062						
Não circulante:						Não circulante:					
Realizável a longo prazo						Emprestimos e financiamentos	12	554.127	-	554.127	-
Contas a receber	6	516.813	541.541	516.813	541.541	PIS, COFINS e ISS diferidos	13.2	77.170	77.170	77.170	77.170
Adiantamentos contratuais	7 e 21	11.393	11.393	11.393	11.393	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	26.102	29.141	26.102	29.141
Impostos a recuperar	8	38.255	38.257	38.294	38.257	Reserva diferida		-	-	782	899
Ativos financeiros de natureza imobiliária restritos	15	49.523	49.523	49.523	49.523			657.399	106.311	658.181	107.210
		615.984	640.714	616.023	640.714						
Investimentos	9	9.539	8.546	-	-	Patrimônio líquido (negativo):					
Imobilizado	10	-	-	9.178	10.119	Capital social	17.1	35.293	35.293	35.293	35.293
Intangível	10	4.899	7.368	4.899	7.368	Prejuízos acumulados	17.4	(129.002)	(80.193)	(129.002)	(80.193)
		630.422	656.628	630.100	658.201			(93.709)	(44.900)	(93.709)	(44.900)
Total do ativo		807.882	840.112	809.757	842.263	Total do passivo		807.882	840.112	809.757	842.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

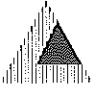
Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	18	132.561	668.689	138.445	674.433
Custo dos serviços prestados	19	(121.181)	(609.370)	(128.078)	(617.000)
Lucro bruto		<u>11.380</u>	<u>59.319</u>	<u>10.367</u>	<u>57.433</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas operacionais	19	(341)	(2.293)	(1.278)	(4.215)
Outras receitas	19	746	342	844	342
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangível		-	-	2.751	(21.388)
Resultado de equivalência patrimonial	9	993	(35.177)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		<u>12.778</u>	<u>22.191</u>	<u>12.684</u>	<u>32.172</u>
Receitas financeiras	20	6.402	27.209	6.505	27.254
Despesas financeiras	20	(71.028)	(102.868)	(71.037)	(104.377)
Resultado financeiro, líquido		<u>(64.626)</u>	<u>(75.659)</u>	<u>(64.532)</u>	<u>(77.123)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(51.848)</u>	<u>(53.468)</u>	<u>(51.848)</u>	<u>(44.951)</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14.3	-	(2.069)	-	(2.069)
Diferidos	14.3	3.039	7.058	3.039	(1.459)
	14.3	<u>3.039</u>	<u>4.989</u>	<u>3.039</u>	<u>(3.528)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(48.809)</u>	<u>(48.479)</u>	<u>(48.809)</u>	<u>(48.479)</u>
Prejuízo do exercício por ação		<u>(1,3830)</u>	<u>(1,3736)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (negativo)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.1	35.293	(31.714)	3.579
Prejuízo do exercício		-	(48.479)	(48.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.1	35.293	(80.193)	(44.900)
Prejuízo do exercício		-	(48.809)	(48.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.1 e 17.4	35.293	(129.002)	(93.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(51.848)	(53.468)	(51.848)	(44.951)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:					
Depreciação e amortização	19	2.531	2.871	6.381	6.927
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	10	202	4.091	261	4.197
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangível	10	-	-	(2.751)	21.388
Juros sobre empréstimos e financiamento	12.3	65.008	97.183	65.008	97.617
Outros juros e variações monetárias, líquidas		568	(559)	568	(559)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(993)	35.177	-	-
Apropriação de custos na captação de empréstimos	12.3	5.073	4.662	5.073	5.246
		20.541	89.957	22.692	89.865
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		27.169	42.860	27.186	42.843
Adiantamentos a fornecedores e contratuais		(398)	63.964	(398)	63.964
Impostos a recuperar		11.138	1.087	11.193	1.008
Despesas antecipadas		74	(78)	74	(78)
Outros ativos		(15)	(170)	(15)	(163)
Fornecedores		(4.597)	(193.947)	(4.652)	(194.077)
Salários e encargos		(758)	310	(761)	154
Impostos a recolher		(775)	(3.437)	(747)	(3.441)
PIS, Cofins e ISS diferidos		(7.372)	(13.217)	(7.372)	(13.217)
Receita diferida		-	-	(245)	1.446
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.039)	-	(3.039)	-
Outras contas a pagar		-	-	-	(49)
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades operacionais		41.968	(12.671)	43.916	(11.745)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(3.726)	180	(3.943)	(761)
Pagamento de imobilizado adquirido em exercício anterior		-	-	-	13
Aporte de capital em controlada	9.2	-	(14.984)	-	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento		(3.726)	(15.164)	(3.943)	(748)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12.3	40.000	(86.150)	40.000	(100.766)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12.3	(71.028)	(67.336)	(71.028)	(67.793)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento		(31.028)	(153.486)	(31.028)	(168.559)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		7.214	(181.321)	8.945	(181.052)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	76.321	257.642	76.603	257.655
Caixa e equivalentes no final do exercício	5	83.535	76.321	85.548	76.603
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		7.214	(181.321)	8.945	(181.052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional e Informações Gerais

A Concessionária Porto Novo S.A. (“Companhia”), tem como objeto exclusivo, através de Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”), a prestação de serviços visando a revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico Região do Porto do Rio de Janeiro - AEIU Portuária (“AEIU”), de acordo com o Edital de Concorrência Pública, nº 001/2010 da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Companhia de Desenvolvimento Urbana da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho.

Em 15 de junho de 2011, a Companhia, com sede na Rua Pedro Alves, 307 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ, começou suas operações conforme primeira Ordem de Início emitida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP, conforme estabelecido em contrato.

Conforme nota explicativa nº 2, a companhia possui contrato de execução de obras e prestação de serviços na região do Porto Maravilha até o ano de 2026.

Conforme cláusula 4.5.1.1. do Contrato de Parceria Público Privada, a exigibilidade de cada etapa de execução do contrato está condicionada à emissão de Ordem de Início específica pelo Poder Concedente à Companhia, a qual somente será emitida depois de demonstrado que a Caixa Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (“FII Porto Maravilha”) dispõe de recursos, em montante igual ou superior às quantias de cada etapa.

Situação atual da Companhia:

Uma vez que as obras foram reprogramadas para 2018, o Plano de negócio da Companhia, prevê a continuidade dos serviços operacionais relacionados na nota explicativa 2.1., considerando o pagamento da contraprestação mensal pela CDURP.



.2.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.1. TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A. (“TCR”)

Em 13 de maio de 2013, a Companhia constituiu sua subsidiária integral TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A., que tem como objetivo a exploração de receitas acessórias de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), inclusive as atividades de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (“Projeto Associado”), através da utilização de fibra óptica e demais atividades do Contrato de PPP autorizada através do OFÍCIO CDURP/DOP 049/2013 de 18 de abril de 2013.

A TCR é uma companhia prestadora de serviços de telecomunicações licenciada pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (“ANATEL”) e tem como objeto social, implantar, operar, manter e gerenciar a principal infraestrutura compartilhada de telecomunicações da AEIU, criada pela Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009 do Município do Rio de Janeiro. A TCR tem como clientes, exclusivamente, as operadoras licenciadas pela Anatel, que desejam prestar serviços de telecomunicações nessa região.

Em 20 de setembro de 2013, foi publicada a autorização concedida pela ANATEL para exploração de suas atividades, sendo a data de início de suas operações.

Situação atual do Projeto Associado – TCR:

Em virtude das mudanças no cenário econômico do país e do setor imobiliário, a Administração da TCR está reavaliando sua estratégia de investimentos e seu plano de negócio, pois, anteriormente, este plano era baseado em três principais premissas: (i) futuros empreendimentos comerciais e residenciais que ainda não iniciaram construção na região do Porto Maravilha; (ii) o crescimento populacional na região, tendo em vista, o projeto de revitalização do Porto Maravilha, o que ainda não ocorreu como esperado; e (iii) sinergias operacionais com as atuais funções da Concessionária Porto Novo S.A. na região, cujo volume de obras foi reduzido significativamente diante da falta de liquidez dos ativos do FII Porto Maravilha (financiador do projeto) e às atividades de construção foram reprogramadas para o ano de 2018.

Com base nos fatos acima mencionados, a Administração da TCR traçou um plano de ação focado em 4 iniciativas principais:

- Disponibilidade de rede de fibra óptica de última geração para todas as prestadoras de serviços de telecomunicações interessadas;
- Aluguel de dutos e subdutos;
- Equalização dos custos e despesas administrativas; e





.3.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- Adequação dos novos investimentos à realidade atual.

Em 31 de dezembro de 2017, a TCR apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$50.736 (R\$ 51.729 em 2016), apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 993 (prejuízo de R\$ 35.177 em 2016) e capital circulante líquido no montante de R\$ 1.104 (negativo de R\$ 674 em 2016).

Adicionalmente, os recursos necessários para manutenção das atividades operacionais serão financiados pelos acionistas da TCR, em caso de déficit do fluxo de caixa.

1.2. Operação lava jato

Como é de conhecimento público, desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal, e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos das acionistas controladoras indiretas.

A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Ademais, a Companhia até o momento não foi notificada de estar sendo investigada em conexão com tal operação e também não tem conhecimento da propositura de qualquer processo judicial contra a ela como consequência dessas investigações.

2 - Contrato de Parceria Público - Privada - PPP

2.1. Concessionária Porto Novo S.A.

O Contrato de PPP, criado com base no Edital de Licitação Concorrência Pública nº 001/2010, tem como principais objetivos: estruturar a malha viária na área de intervenção, AEIU Portuária, e está com a área central da cidade e bairros do entorno, através da criação de novas vias, urbanização de vias existentes, construindo obras de arte e outros, que possibilitem que a região absorva o tráfego de veículos e substitua as vias mais importantes, hoje utilizadas, que atravessam a região.





.4.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O objeto do contrato visa oferecer à população, áreas para uso social, turístico, cultural e de lazer, sem prejuízo de outros benefícios e externalidades advindas da revitalização da AEIU Portuária, tais como a valorização imobiliária da região e de seu entorno.

O Contrato de PPP não modifica a natureza jurídica de bens públicos de uso comum do povo ou especiais e, conforme o caso, dos Equipamentos Públicos, nem transfere a propriedade dos mesmos à Concessionária, cabendo-lhe tão somente executar os serviços e as atividades autorizadas pelo Contrato de PPP.

Quanto aos serviços de natureza contínua, poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, pelo mesmo prazo, observado o limite previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 101/09, conforme análise do Poder Concedente, que observará dentre outras coisas, a performance da Concessionária e a conveniência administrativa de manutenção do regime de contratação de PPP.

Aditivo - PPP

Em 22 de março de 2013, a Companhia celebrou aditivo junto à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP. Esse aditivo tem por objeto a complementação das obras do sistema viário do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, através da expansão do traçado da Via Expressa e complementação da remoção do elevado da Perimetral e respectiva urbanização.

O aditivo acresce também os serviços de manutenção e conservação exclusivamente na nova extensão do Túnel da Via Expressa após a conclusão das obras, no que se refere às atividades de limpeza, pintura e manutenção, conforme descrito no Programa - Estrutura, Subprograma - Pontes, Viadutos, Túneis e Passarelas do Anexo 6 do Contrato de PPP - Proposta Econômica e o valor desse aditivo é de R\$ 592.332.

Contraprestação pública

Em decorrência dos serviços acima descritos, a Concessionária fará jus ao recebimento de contraprestação pública, conforme determina o referido contrato. Essa contraprestação será reajustada, anualmente, segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE, ou, caso este venha a ser extinto, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.





.5.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Vigência do contrato

A vigência do contrato será de 15 anos contados do implemento da primeira ordem de início.

Reversão de bens

Ao término do contrato, serão revertidos ao Poder Concedente todos os direitos e demais ativos associados aos bens de qualquer natureza, tais como, e não se limitando a, automóveis e equipamentos eletrônicos, softwares, dados cadastrais e usuários, imóveis, fornecedores e todos os demais dados referentes aos serviços e obras, etc., sendo que quaisquer ônus ou garantias instituídas, e ainda não cancelados sobre tais bens se sub-rogarão no eventual direito à indenização atribuível à Concessionária, preservada a ordem de preferência legal em função da precedência de registro dos respectivos ônus e garantia real.

Os recebíveis contratuais serão contabilizados como ativo financeiro, considerando que os bens recebidos e/ou construídos não são bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Concessionária, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operação que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

2.2. Termo de autorização – TCR

A Companhia assinou em 4 de setembro de 2013, o “TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE REDE DE GALERIAS, DUTOS E CAIXAS DE PASSAGEM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELECOMUNICAÇÃO COM SOLUÇÃO FTTH E FTTB DE ALTA CAPACIDADE” com a Companhia de Desenvolvimento Urbana da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, autorizando a Companhia ao direito de uso da rede de galerias, dutos e caixas de passagem constante de projeto de telecomunicações a ser implementado pela TCR no âmbito do contrato de PPP, visando a execução do projeto associado, objeto da autorização.

As galerias, dutos e caixas de passagens se destinarão, exclusivamente, à utilização pela Companhia com a seguinte finalidade:

- Operação e manutenção da infraestrutura subterrânea de telecomunicações;
- Instalação e manutenção de cabos de fibras ópticas;
- Prestação de serviços de telecomunicações a outras empresas desse setor, mediante a oferta de capacidade de transporte (fibras ópticas acesas);





.6.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- Oferta de capacidade de rede (fibras ópticas apagadas); e
- Prestação de serviços de telecomunicações no âmbito do programa nacional de banda larga e do projeto Cidades Digitais.

2.2.1. Vigência

O presente termo de autorização vigorará até a data de 14 junho de 2026.

2.2.2. Pagamento da autorização de exploração de receitas acessórias

Conforme cláusula oitava do Contrato de PPP, caso a execução das atividades venha gerar receitas acessórias, esta deverá ser compartilhada com o Poder Concedente, num montante de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido para cada parte. Em 23 de dezembro de 2013, a Controlada repassou à CDURP a quantia de R\$ 19.184, conforme cláusula sétima do Termo de Autorização, referente à estimativa de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, equivalentes a todo o prazo de vigência do Projeto Associado. Nesta mesma data a Companhia repassou para sua controlada a título de Adiantamento para futuro aumento de capital esse montante, considerando que esta é quem vai explorar as atividades de TELECOM. Este montante foi contabilizado como Autorização de Exploração conforme nota explicativa nº 10.2 e vem sendo amortizado linearmente até o final do prazo de autorização.

2.2.3. Reversão de bens

Findo o prazo de Autorização, a TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A. deverá restituir à CDURP a posse dos bens objeto da autorização, tais como, rede de galerias, dutos e caixas de passagem e fibra óptica, sem que lhe caiba ressarcimento por qualquer benfeitoria que tenha sido realizado.

3 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB.





.7.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Resultados abrangentes

Em 2017 e 2016 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração.

4 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

4.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Categoria de instrumentos financeiros:

4.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.





.8.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros compreendem:

4.1.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.1.1.2. Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

4.1.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia e sua controlada não efetuaram transações com instrumentos financeiros derivativos em 2017 e 2016.





.9.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; e (b) outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

Os passivos financeiros da Companhia e sua controlada são, substancialmente, representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e 12 às demonstrações financeiras.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

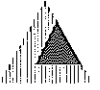
4.2. Investimento em controlada

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle). Esses investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

4.3. Imobilizado e intangível

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação/amortização, a qual se inicia quando estão prontos para uso pretendido, e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação/amortização são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.





.10.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “outras receitas”.

Os direitos que tenham por objeto, bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e sua controlada, originados por operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos às depreciações.

4.4. Ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que pode ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – as provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia e suas controladas.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

4.5. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.





.11.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A receita da Companhia é reconhecida pelo método “POC” (*percentage of completion*). A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato, atualizado anualmente pelo IPCA. São apropriadas no resultado, proporcionalmente aos custos incorridos no período de apuração em relação ao custo total estimado na execução do contrato, na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.6. Contratos de concessão – ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A Concessionária reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial, posteriormente, pelo custo amortizado.

4.7. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro inclui, basicamente, rendimentos sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

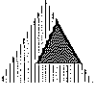
4.8. Imposto de renda e contribuição social

Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.





.12.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

4.9. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.





.13.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e sua controlada, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

4.11. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

4.12. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido das entidades controlada.





.14.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada. Os critérios de consolidação integral foram aplicados, conforme o quadro a seguir:

Companhia	Consolidação	Participação	
		2017	2016
TCR Telecomunicações da Cidade do Rio S.A.	Integral	100%	100%

4.13. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e ainda não aplicadas pela Companhia.

No exercício de 2017, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2018. No entanto, a Administração da Companhia ainda não avaliou os efeitos se essas normas gerarão impactos nas demonstrações financeiras.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	6	5	6	6
Bancos	72	44	181	58
Aplicações financeiras	83.457	76.272	85.361	76.539
	83.535	76.321	85.548	76.603

As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados em média a taxa que variam entre 98% a 100% do CDI, e são representadas por investimentos com prazos de vencimentos superiores a 12 meses, porém, todas possuem liquidez imediata, possibilitando o resgate dos valores a qualquer tempo e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.





.15.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

6 - Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CDURP (i)	593.244	620.413	593.244	620.413
CDURP - Desapropriação (ii)	4.258	4.258	4.258	4.258
Outros	-	-	71	88
	<u>597.502</u>	<u>624.671</u>	<u>597.573</u>	<u>624.759</u>
Circulante	80.689	83.130	80.760	83.218
Não Circulante	516.813	541.541	516.813	541.541

Composto por: (i) R\$ 8.092 faturado em atraso, R\$ 508.721 faturado a vencer e R\$ 76.431 de serviços a faturar calculado com base no método “POC” (*percentage of completion*), previstos no cronograma de execução de serviços e obras; e (ii) antecipações de pagamentos efetuados em processos de desapropriações de imóveis na área da AEIU, cujo valor será ressarcido pela CDURP, conforme cláusula 9.1.1. (b) do Contrato de Parceria Público-Privada - PPP.

Em 28 de dezembro de 2016, conforme cláusula 2.1.1, a Companhia assinou a 12ª. aditivo do Contrato PPP, o qual está previsto a postergação dos valores a receber de faturas e serviços medidos a faturar da contraprestação anual para os anos de 2018 a 2021. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 516.813 relativo a estes valores está classificado no ativo não circulante.

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía expectativa de perda sobre esses valores, portanto, não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa.



.16.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços medidos a faturar	76.431	318.281	76.431	318.281
Desapropriação	4.258	4.258	4.258	4.258
Faturas:				
A vencer	508.721	289.519	508.757	289.581
vencidos até 30 dias	-	1.084	35	1.110
vencidos de 31 a 60 dias	-	288	-	288
vencidos de 61 a 90 dias	-	-	-	-
vencidos de 91 a 180 dias'	-	-	-	-
vencidos de 181 a 360 dias	-	3.216	-	3.216
vencidos há mais de 360 dias	8.092	8.025	8.092	8.025
	<u>597.502</u>	<u>624.671</u>	<u>597.573</u>	<u>624.759</u>

7 - Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores (i)	448	50	448	50
Adiantamentos contratuais (ii)	6.093	6.093	6.093	6.093
	<u>6.541</u>	<u>6.143</u>	<u>6.541</u>	<u>6.143</u>
Não circulante				
Adiantamentos contratuais (ii)	<u>11.393</u>	<u>11.393</u>	<u>11.393</u>	<u>11.393</u>

- (i) Refere-se basicamente aos adiantamentos efetuados a fornecedores para compras de materiais e para prestação de serviços.
- (ii) Cumprimento de cláusulas contratuais sobre adiantamento efetuado ao Consórcio Porto Rio, que tem os acionistas da Companhia como participantes, para mobilização das grandes obras. O montante de R\$ 17.486 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, será descontado na proporção de 10% (dez por cento) em cada fatura a ser paga ao referido Consórcio.





.17.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8 - Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS	6.900	7.818	6.900	7.818
COFINS	31.783	36.009	31.783	36.009
IRRF	3.506	9.655	3.543	9.736
Outros	1.779	1.624	1.855	1.712
	<u>43.968</u>	<u>55.106</u>	<u>44.081</u>	<u>55.275</u>
Circulante	5.713	16.849	5.787	17.018
Não Circulante	38.255	38.257	38.294	38.257

Os saldos do ativo não circulante são compostos por PIS e COFINS diferidos e serão recolhidos na medida da realização das receitas.

9 - Investimentos

9.1. Informações sobre o investimento na TCR:

	Quantidade total de ações	Participação no capital social	capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Em 31/12/2017	47.044.770	100,00%	47.045	9.539	993
Em 31/12/2016	47.044.770	100,00%	47.045	8.546	(35.177)

9.2. Movimentação do investimento:

Controlada	Saldo em 31/12/15	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/16	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/17
TCR Telecomunicações	<u>28.334</u>	<u>14.984</u>	<u>(35.177)</u>	<u>8.546</u>	<u>-</u>	<u>993</u>	<u>9.539</u>

No exercício de 2016, a TCR recebeu da Companhia o montante de R\$ 14.984 a título de AFAC e aumentou o capital da investida em R\$ 9.350, através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, passando seu capital social para R\$ 47.045.





.18.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

10 - Imobilizado e Intangível

10.1. Controladora

	Taxas (*)	2017			2016
		Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
<u>Intangível</u>					
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10,00%	2.542	(1.307)	1.235	1.677
Móveis e utensílios	10,00%	1.947	(900)	1.047	1.246
Equipamentos de informática	20,00%	1.307	(1.087)	220	345
Máquinas e equipamentos	10,00%	920	(328)	592	685
Equipamentos de monitoramento – PMV	20,00%	1.811	(1.405)	406	769
Câmeras	20,00%	3.589	(3.052)	537	944
Rádio de comunicação de dados	20,00%	1.274	(989)	285	539
Software	20,00%	2.659	(2.451)	208	579
Marcas e patentes	20,00%	20	-	20	20
Outros	10,00%	1.055	(706)	349	564
		<u>17.124</u>	<u>12.225</u>	<u>4.899</u>	<u>7.368</u>

(*) Média ponderada das taxas anuais de amortização, conforme vida útil estimada.



.19.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A seguir demonstramos o mapa de movimentação do exercício da controladora:

<u>Intangível</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/17</u>
<u>Custo</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	3.810	-	(988)	2.822	-	(280)	2.542
Móveis e utensílios	1.955	31	(31)	1.955	1	(9)	1.947
Equipamentos de informática	1.288	55	(66)	1.277	46	(16)	1.307
Máquinas e equipamentos	3.837	-	(2.917)	920	-	-	920
Equipamentos de monitoramento – PMV	1.745	66	-	1.811	-	-	1.811
Câmeras	3.438	-	(119)	3.319	297	(27)	3.589
Rádio de comunicação de dados	1.279	-	(5)	1.274	-	-	1.274
Software	2.658	6	(6)	2.658	1	-	2.659
Marcas e patentes	18	2	-	20	-	-	20
Outros	1.579	20	(521)	1.078	14	(37)	1.055
	<u>21.607</u>	<u>180</u>	<u>(4.653)</u>	<u>17.134</u>	<u>359</u>	<u>(369)</u>	<u>17.124</u>
<u>Amortização</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(1.195)	(324)	374	(1.145)	(261)	99	(1.307)
Móveis e utensílios	(523)	(195)	10	(708)	(195)	3	(900)
Equipamentos de informática	(738)	(242)	48	(932)	(168)	13	(1.087)
Máquinas e equipamentos	(188)	(112)	64	(236)	(92)	-	(328)
Equipamentos de monitoramento – PMV	(686)	(356)	-	(1.042)	(363)	-	(1.405)
Câmeras	(1.714)	(671)	10	(2.375)	(677)	-	(3.052)
Rádio de comunicação de dados	(480)	(256)	1	(735)	(254)	-	(989)
Software	(1.593)	(486)	-	(2.079)	(372)	-	(2.451)
Outros	(340)	(229)	55	(514)	(211)	19	(706)
	<u>(7.457)</u>	<u>(2.871)</u>	<u>562</u>	<u>(9.766)</u>	<u>(2.593)</u>	<u>134</u>	<u>(12.225)</u>
	<u>14.150</u>	<u>(2.691)</u>	<u>(4.091)</u>	<u>7.368</u>	<u>(2.234)</u>	<u>(234)</u>	<u>4.899</u>





.20.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

10.2. Consolidado

		2017		2016	
	Taxas (*)	Custo	Depreciação e amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado					
Benfeitoria em propriedade de terceiros	50,00%	605	(605)	-	-
Móveis e utensílios	10,00%	62	(24)	38	44
Equipamentos de informática	20,00%	135	(103)	32	59
Máquinas e equipamentos	10,00%	3.292	(1.182)	2.110	2.459
Instalações de rede	8,33%	16.737	(4.892)	11.845	13.010
Outros	10,00%	35	(28)	7	14
		20.866	(6.834)	14.032	15.586
(-) Redução ao valor recuperável		-	-	(4.854)	(5.467)
		20.866	(6.834)	9.178	10.119
Intangível					
Benfeitoria em propriedade de terceiros	10,00%	2.542	(1.307)	1.235	1.677
Móveis e utensílios	10,00%	1.947	(900)	1.027	1.246
Equipamentos de informática	20,00%	1.307	(1.087)	220	345
Máquinas e equipamentos	10,00%	920	(328)	592	685
Equipamentos de monitoramento - PMV	20,00%	1.811	(1.405)	406	769
Câmeras	20,00%	3.589	(3.052)	537	944
Rádio de comunicação de dados	20,00%	1.274	(989)	285	539
Autorização de exploração	8,00%	19.184	(6.186)	12.998	14.535
Software	20,00%	5.664	(4.674)	990	1.963
Marcas e patentes	20,00%	22	-	22	2
Outros	10,00%	1.055	(706)	349	564
		39.315	(20.634)	18.681	23.289
(-) Redução ao valor recuperável		-	-	(13.782)	(15.921)
		39.315	(20.634)	4.899	7.368
		60.181	(27.468)	14.077	17.487

(*) Média ponderada das taxas anuais de depreciação e amortização, conforme vida útil estimada.





.21.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A seguir demonstramos o mapa de movimentação Imobilizado e Intangível do exercício consolidado.

	Saldos em 31/12/15	Adições	baixas	Saldos em 31/12/16	adições	baixas	Saldos em 31/12/17
<u>Imobilizado</u>							
<u>Custo</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	605	-	-	605	-	-	605
Móveis e utensílios	63	-	(1)	62	-	(1)	61
Equipamentos de informática	135	-	-	135	-	-	135
Máquinas e equipamentos	3.280	72	(25)	3.327	23	(58)	3.292
Instalações de rede	16.177	456	(113)	16.520	218	-	16.738
Outros	35	-	-	35	-	-	35
	<u>20.295</u>	<u>528</u>	<u>(139)</u>	<u>20.684</u>	<u>241</u>	<u>(59)</u>	<u>20.866</u>
<u>Depreciação</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(429)	(176)	-	(605)	-	-	(605)
Móveis e utensílios	(12)	(6)	-	(18)	(6)	-	(24)
Equipamentos de informática	(49)	(27)	-	(76)	(27)	-	(103)
Máquinas e equipamentos	(544)	(330)	6	(868)	(332)	18	(1.182)
Instalações de rede	(2.169)	(1.368)	27	(3.510)	(1.382)	-	(4.892)
Outros	(13)	(8)	-	(21)	(7)	-	(28)
	<u>(3.216)</u>	<u>(1.915)</u>	<u>33</u>	<u>(5.098)</u>	<u>(1.754)</u>	<u>18</u>	<u>(6.834)</u>
(-) Redução ao valor recuperável	-	(5.467)	-	(5.467)	-	613	(4.854)
	<u>17.079</u>	<u>(6.854)</u>	<u>(106)</u>	<u>10.119</u>	<u>(1.513)</u>	<u>572</u>	<u>9.178</u>



.22.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

<u>Intangível</u>	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
<u>Custo</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	3.810	-	(988)	2.822	-	(280)	2.542
Móveis e utensílios	1.955	31	(32)	1.954	1	(8)	1.947
Equipamentos de informática	1.288	55	(66)	1.277	46	(16)	1.307
Máquinas e equipamentos	3.837	-	(2.916)	921	-	(1)	920
Equipamentos de monitoramento - PMV	1.745	66	-	1.811	-	-	1.811
Câmeras	3.438	-	(119)	3.319	297	(27)	3.589
Rádio de comunicação de dados	1.279	-	(5)	1.274	-	-	1.274
Autorização de exploração	19.184	-	-	19.184	-	-	19.184
Software	5.610	59	(6)	5.663	1	-	5.664
Marcas e patentes	20	2	-	22	-	-	22
Outros	1.579	20	(521)	1.078	14	(37)	1.055
	<u>43.745</u>	<u>233</u>	<u>(4.653)</u>	<u>39.325</u>	<u>359</u>	<u>(369)</u>	<u>39.315</u>
<u>Amortização</u>							
Benfeitoria em propriedades de terceiros	(1.195)	(324)	374	(1.145)	(261)	99	(1.307)
Móveis e utensílios	(523)	(195)	10	(708)	(195)	3	(900)
Equipamentos de informática	(738)	(242)	48	(932)	(168)	13	(1.087)
Máquinas e equipamentos	(188)	(112)	64	(236)	(92)	-	(328)
Equipamentos de monitoramento - PMV	(686)	(356)	-	(1.042)	(363)	-	(1.405)
Câmeras	(1.714)	(671)	10	(2.375)	(677)	-	(3.052)
Rádio de comunicação de dados	(480)	(256)	1	(735)	(254)	-	(989)
Autorização de exploração	(3.108)	(1.541)	-	(4.649)	(1.537)	-	(6.186)
Software	(2.614)	(1.086)	-	(3.700)	(974)	-	(4.674)
Outros	(340)	(229)	55	(514)	(211)	19	(706)
	<u>(11.586)</u>	<u>(5.012)</u>	<u>562</u>	<u>(16.036)</u>	<u>(4.732)</u>	<u>134</u>	<u>(20.634)</u>
(-) Redução ao valor recuperável	-	(15.921)	-	(15.921)	-	2.139	(13.782)
	<u>32.159</u>	<u>(20.700)</u>	<u>(4.091)</u>	<u>7.368</u>	<u>(4.373)</u>	<u>1.905</u>	<u>4.899</u>

10.3. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e sua subsidiária não possuem bens dados em garantia.

10.4. Redução ao valor recuperável de ativos

A Controlada TCR procedeu para 31 de dezembro de 2016 a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e intangível utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa do projeto foi de 12,6% ao ano, no qual resultou em uma perda de R\$ 21.388. Em 2017, o Imobilizado foi depreciado e o Intangível amortizado pelas taxas usuais vigentes, sendo registrada a depreciação ou amortização acumulada. Portanto, foi revertido o montante de R\$ 2.751 da perda e registrado no resultado do exercício em linha específica, perfazendo o total de R\$ 18.637 em 31 de dezembro de 2017.





.23.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

11 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Serviços - partes relacionadas	159.624	146.928	159.624	146.928
Materiais e serviços	3.879	14.627	3.927	14.651
Retenções a pagar	3.113	9.658	3.119	9.744
	<u>166.616</u>	<u>171.213</u>	<u>166.670</u>	<u>171.323</u>

12 - Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Empréstimo garantido - 114,5% CDI	620.099	257.434	620.099	257.434
Empréstimo garantido - 1,6% a.a.+ 100% CDI	-	337.657	-	337.657
(-) Custos de captação	300	(4.773)	300	(4.773)
	<u>620.399</u>	<u>590.318</u>	<u>620.399</u>	<u>590.318</u>
Passivo Circulante	66.272	590.318	66.272	590.318
Passivo Não Circulante	554.127	-	554.127	-
	<u>620.399</u>	<u>590.318</u>	<u>620.399</u>	<u>590.318</u>

A Companhia vem cumprindo os *covenants* requeridos no contrato de empréstimo junto a Caixa, motivo pelo qual o montante devido está segregado entre circulante e não circulante.

12.1. Empréstimos garantidos (Companhia)

Garantias

A Companhia, para aquisição dos empréstimos descritos acima, deu as seguintes garantias:

- Penhor de 100% das ações de seu capital social, todas subscritas e integralizadas;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes na totalidade do Contrato de Cessão Fiduciária de Valores Mobiliários, propriamente em CEPAC (Certificado de Potencial Adicional de Construção), firmado entre CDURP e a Concessionária Porto Novo, no percentual de 125% do saldo devedor da operação, garantia a ser constituída ao longo do período de carência, isto é, ao longo dos 18 (dezoito) primeiros meses, contados da assinatura da cédula.





.24.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

12.2. Movimentação

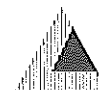
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	641.959	656.014
Encargos financeiros provisionados	97.183	97.617
Encargos financeiros pagos	(67.336)	(67.793)
Pagamentos – principal	(86.150)	(100.766)
Apropriação de custos na captação	4.662	5.246
Saldos em 31 de dezembro de 2016	590.318	590.318
Encargos financeiros provisionados	65.008	65.008
Encargos financeiros pagos	(15.000)	(15.000)
Pagamentos – principal	(25.000)	(25.000)
Apropriação de custos na captação	5.073	5.073
Saldos em 31 de dezembro de 2017	620.399	620.399

13 - Impostos a Recolher e PIS, COFINS e ISS Diferidos

13.1. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
PIS	52	269	58	274
COFINS	248	1.608	275	1.633
ISS	82	100	102	107
IRRF	273	393	286	408
INSS	137	447	139	449
ICMS	-	-	36	25
Outros	1.362	112	1.380	127
	2.154	2.929	2.276	3.023





.25.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

13.2. PIS, COFINS e ISS diferidos

A companhia provisionou PIS, COFINS e ISS sobre as receitas não realizadas até a data do balanço, como segue:

	Controladora e consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Saldos de receitas não realizadas (nota 6)	593.244	620.413
PIS diferido - 1,65%	9.789	10.237
COFINS diferido - 7,6%	45.087	47.151
ISS diferido - 5%	29.191	31.012
	<u>84.067</u>	<u>88.400</u>
Circulante	6.897	11.230
Não Circulante	77.170	77.170

14 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

14.1. Concessionária Porto Novo - passivo

	Controladora e consolidado	
	31/12/17	31/12/16
<u>Base ativa:</u>		
Base negativa e prejuízo fiscal	51.848	53.031
<u>Base passiva:</u>		
Lucros não realizados – órgãos públicos	33.824	135.748
Outros	94.795	2.665
	<u>128.619</u>	<u>138.743</u>
Base líquida	<u>76.771</u>	<u>85.712</u>
Alíquota efetiva – 34%		
IRPJ e CLSS diferidos	<u>26.102</u>	<u>29.141</u>





.26.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

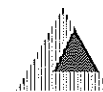
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

14.2. TCR – ativo

	31/12/17	31/12/16
<u>Base ativa:</u>		
Base negativa e prejuízo fiscal	1.593	30.321
Alíquota efetiva	34%	34%
	-	10.309
Baixa para não realização de IRPJ e CSLL diferidos	-	(10.309)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a TCR reconheceu a baixa dos saldos de ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 10.309 baseadas nas projeções dos resultados tributáveis e diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços.



.27.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

14.3. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.848)	(53.468)	(50.855)	(44.951)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.628	18.179	17.291	15.283
Despesas não dedutíveis	3.512	(1.254)	3.512	(1.254)
Equivalência patrimonial	993	(11.960)	-	-
Outros (líquido)	-	24	-	24
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	3.064	-	3.064	(15.789)
Prejuízo fiscal e base negativa	3.512	-	3.512	(1.792)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	3.039	4.989	3.039	(3.528)
Correntes	-	(2.069)	-	(2.069)
Diferidos	3.039	7.058	3.039	(1.459)
	3.039	4.989	3.039	(3.528)

15 - Ativos Financeiros de Natureza Imobiliária Restritos

A Companhia possui o montante de R\$ 49.523 aplicados em Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, emitidos pelo Fundo de Investimento que é administrado pela Caixa Econômica Federal. Os CEPACs que compõem o ativo financeiro são mensurados pelo valor justo.

Estes CEPACs foram recebidos como parte de pagamento das faturas com a CDURP e conforme nota 25, estes títulos foram dados em Garantia de Performance da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, não foram observados indícios de redução no valor recuperável dos CEPAC, conforme termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01.





CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

16 - Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

A Companhia é parte integrante (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa dos mencionados processos, entende que as ações judiciais não têm probabilidade de perdas, portanto, não há provisões a serem constituídas para fazer face aos processos.

A seguir demonstramos quadro com as causas passivas com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Processos trabalhistas	1.790	70
Processos cíveis	<u>1.011</u>	<u>1.927</u>
	<u>2.801</u>	<u>1.997</u>

16.1. Agência Nacional de Telecomunicações – “ANATEL” e Telemar Norte Leste S.A.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a TCR, controlada da Companhia, tem o direito de exploração exclusiva sobre o serviço de comunicação multimídia na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) concedido através do Contrato de PPP. Entretanto, está sendo discutida judicialmente a decisão proferida pela ANATEL nos autos de Reclamação Administrativa nº 53500.014459/2013 sobre o tema. Entre outros efeitos, a decisão da ANATEL assegura às demais empresas prestadoras do serviço de telecomunicações acesso a 25% da infraestrutura de telecomunicações da região. Foi proferida decisão favorável a ANATEL em 1ª Instância; a controlada aguarda julgamento do recurso interposto.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada figuram como réus em ação ordinária por meio da qual a Telemar Norte Leste S.A. (Autora) pretende, entre outros requerimentos, a: (i) declaração de inexistência de direito de exclusividade da Companhia e de sua controlada na construção e exploração da infraestrutura de telefonia da região “Porto Maravilha” (AEIU).

A Administração da Companhia, tomando por base a opinião dos seus assessores legais, avalia que o êxito é possível em ambas as causas, não sendo constituída nenhuma provisão.



.29.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

17 - Patrimônio Líquido (negativo)

17.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, subscrito e integralizado, é de R\$ 35.293 dividido em 35.293.237 ações ordinárias, todas nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, podendo ser emitidas ações preferenciais, sem direito a voto. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição acionária da Companhia está representada como segue:

	31/12/17 e 31/12/16	
	Quantidade de ações	%
Acionistas		
OAS Investimento S.A.	13.234.963	37,499997%
Construtora OAS S.A.	1	0,000003%
Odebrecht Properties Parcerias S.A.	13.234.963	37,499997%
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.	1	0,000003%
Zi Participações S.A.	8.823.308	24,999997%
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	1	0,000003%
	<u>35.293.237</u>	<u>100,00%</u>

17.2. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros é constituída pelo montante remanescente do lucro líquido, após terem sido destinados à constituição das reservas de que tratam os artigos 193 a 196, da Lei 6.404/76.

17.3. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possui base para distribuição de dividendos.





.30.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

17.4. Prejuízos Acumulados

A Companhia em seu patrimônio líquido apresenta um resultado acumulado negativo em R\$129.002, conforme composição abaixo.

Composição do resultado acumulado:

Lucros acumulados de 2010 a 2013	69.263
Dividendos distribuídos	(65.873)
Prejuízos acumulados de 2014 a 2017	<u>(132.392)</u>
	<u>(129.002)</u>

18 - Receita Operacional Líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Prestação de serviços	154.590	779.812	161.390	786.348
(-) Impostos sobre serviços	<u>(22.029)</u>	<u>(111.123)</u>	<u>(22.945)</u>	<u>(111.915)</u>
Receita operacional líquida	<u>132.561</u>	<u>668.689</u>	<u>138.445</u>	<u>674.433</u>



.31.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

19 - Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Serviços - consórcios (nota 21)	(32.581)	(403.588)	(32.581)	(403.588)
Serviços de terceiros	(48.557)	(88.557)	(50.290)	(90.795)
Materiais e equipamentos	(3.389)	(69.387)	(3.428)	(69.519)
Despesa com pessoal	(28.363)	(36.818)	(30.088)	(39.045)
Depreciação e amortização	(2.531)	(2.871)	(6.381)	(6.927)
Despesas com aluguéis	(3.003)	(3.668)	(3.216)	(4.063)
Comunicação e telefone	(286)	(455)	(292)	(494)
Seguros	(1.373)	(1.550)	(1.494)	(1.658)
Despesas diversas	(1.210)	(3.334)	(1.355)	(3.691)
Despesas com doações e patrocínios	(231)	(2.008)	(231)	(2.008)
Outras receitas	746	915	844	915
	<u>120.776</u>	<u>(611.321)</u>	<u>(128.512)</u>	<u>(620.873)</u>
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(121.181)	(609.370)	(128.078)	(617.000)
Despesas operacionais	(341)	(2.293)	(1.278)	(4.215)
Outras receitas	746	342	844	342
	<u>120.776</u>	<u>(611.321)</u>	<u>(128.512)</u>	<u>(620.873)</u>

20 - Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<u>Receitas financeiras</u>				
Aplicações financeiras	5.030	26.413	5.133	26.445
Juros ativos	732	559	732	572
Descontos obtidos	640	237	640	237
	<u>6.402</u>	<u>27.209</u>	<u>6.505</u>	<u>27.254</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos	(65.008)	(97.181)	(65.008)	(97.615)
Fianças	-	-	-	(457)
Outros	(6.020)	(5.687)	(6.029)	(6.305)
	<u>(71.028)</u>	<u>(102.868)</u>	<u>(71.037)</u>	<u>(104.377)</u>
	<u>(64.626)</u>	<u>(75.659)</u>	<u>(64.532)</u>	<u>(77.123)</u>





.32.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

21 - Partes Relacionadas

O valor agregado das transações e saldos em aberto com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são compostos como segue:

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	Adiantamentos		Contratuais (nota 7)		Fornecedores (nota 11)	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Consórcio Porto Rio	6.093	6.093	11.393	11.393	155.304	146.928
Consórcio Porto Expressa	-	-	-	-	4.320	-
	<u>6.093</u>	<u>6.093</u>	<u>11.393</u>	<u>11.393</u>	<u>159.624</u>	<u>146.928</u>

	Transações custos dos serviços prestados	
	31/12/17	31/12/16
	<u>28.261</u>	<u>359.168</u>
Consórcio Porto Rio		
Consórcio Porto Expressa	<u>4.320</u>	<u>44.420</u>
	<u>32.581</u>	<u>403.588</u>

Os custos dos serviços prestados referem-se a serviços prestados pelos Consórcios Porto Rio e Porto Expressa para mobilização das grandes obras, os quais têm os próprios acionistas da Companhia como participantes dos Consórcios.

21.1. Remuneração dos Administradores

A remuneração da Administração, que contempla a Direção da Companhia, foi reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 1.610 (R\$ 3.881 em 2016). O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. Em 2017 não houve pagamento de remuneração variável.

22 - Instrumentos Financeiros

22.1. Gerenciamento de risco

A Concessionária possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.





.33.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Concessionária para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Concessionária.

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Concessionária está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

22.1.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros.

Visto que toda a prestação de serviço é realizada com órgão público mediante assinatura de contrato, a Administração da Companhia entende que o risco de crédito de contas a receber não é significativo.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Diretoria. Estas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

22.1.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Concessionária encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Concessionária garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.





.34.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros (consolidado).

	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	166.616	-	-	166.616
Empréstimos e financiamentos	64.594	310.349	245.456	620.399

22.1.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Concessionária ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

22.1.4. Risco da taxa de juros

A Concessionária adota a política de indexar as operações de investimento e empréstimos pelo CDI. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2017. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

Modalidade	Risco	Saldo em 31/12/17
Empréstimo garantido - 114,5% CDI	Alta do CDI	620.399

22.2. Classificações contábeis e valores justos

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos; e fornecedores.





.35.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22.3. Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

23 - Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros e seus respectivos limites máximos de indenização estão apresentados como segue:

Seguro	Prazo de vigência	Importância assegurada
Garantia de Performance (em CEPACs)	01/06/16 a 30/06/18	49.496
Directors & Officers - D&O	07/07/17 a 07/07/18	30.000
Responsabilidade Civil	15/06/17 a 15/06/18	20.000
Responsabilidade Civil – Museu do Amanhã	05/05/17 a 04/12/18	15.000
Riscos operacionais	15/06/17 a 15/06/18	200.000
Veículos (110% tabela FIPE)	14/06/17 a 14/06/18	358





.36.

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

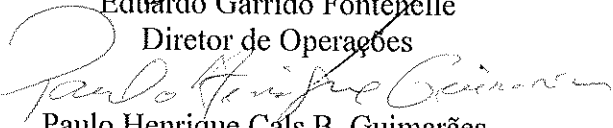
24 - Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2018.

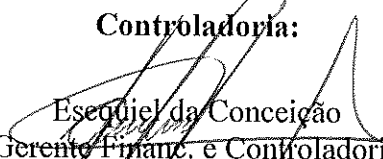
Composição da Diretoria:

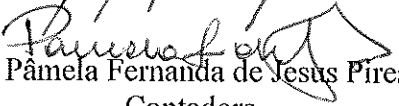

Leonardo Fracassi Costa
Presidente


Eduardo Garrido Fontenelle
Diretor de Operações


Paulo Henrique Cals B. Guimarães
Diretor Financeiro

Controladoria:


Esequiel da Conceição
Gerente Finanz. e Controladoria
CRC/RJ/RJ-052950/O-0


Pâmela Fernanda de Jesus Pires
Contadora
CRC/RJ: 111.320/O-2